

A QUESTÃO AGRÁRIA EM MATO GROSSO: O CASO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DA FRONTEIRA BRASIL- BOLÍVIA; CÁCERES – MT

Hugo Leonardo Mota Ferreira - Acadêmico do curso de Geografia, da Universidade Federal de Mato Grosso.
huggoleon@yahoo.com.br

Onélia Carmem Rossetto – Professora Doutora do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso.
oneliarossetto@terra.com.br

Introdução/Objetivos

Este texto faz uma abordagem da questão agrária em Mato Grosso, especificamente nos assentamentos rurais denominados Katira, Corixinha e Bom Sucesso, localizados próximos à fronteira entre o Brasil e a Bolívia no município de Cáceres – MT, Microrregião do Alto Pantanal.

Rossetto (2001) realiza uma retrospectiva da história agrária da região, evidenciando que a área rural do referido município é caracterizada pela presença de grandes fazendas originárias do sistema de sesmarias que vigorou até 1822. As grandes propriedades praticavam a pecuária extensiva nos campos nativos e ficavam sob a posse de uma mesma família por sucessivas gerações. Contudo, em meados de 1996, a área rural desse município pantaneiro começa a ser alvo das políticas de reforma agrária em terras próximas à fronteira Brasil-Bolívia classificadas como devolutas e/ou vazias, embora algumas fossem ocupadas por posseiros. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária viabilizou a distribuição das terras aos trabalhadores rurais através de um processo de cadastro, implantando entre outros, os assentamentos Katira, Corixinha e Bom Sucesso, área de estudo da presente investigação.

Diante do contexto descrito, este artigo tem o objetivo de identificar a base econômica das famílias assentadas, bem como verificar se elas realizam alguma atividade comercial com a Bolívia. Procura também identificar as relações de trabalho, as formas de comercialização da produção e as situações cotidianas que caracterizam seu modo de vida. Ao final, faz uma análise dos problemas encontrados apresentando sugestões para as dificuldades enfrentadas pelos assentados.

Procedimentos Metodológicos

A construção do percurso metodológico do presente trabalho está centrada inicialmente na revisão teórica-conceitual pertinente à temática, assim como de teóricos importantes como Karl Marx, Kautsky e Chayanov.

Elaborou-se um roteiro de entrevistas semi-estruturadas e de observação assistemática, que foi utilizado nos assentamentos Corixo, Katira e assentamentos adjacentes a esses (Corixinha e Bom Sucesso) em Cáceres – MT.

Foram realizadas um total de dezesseis entrevistas com os parceiros já assentados, Presidente da Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Corixinha e representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRRA) de Cáceres.

A entrevista semi-estruturada ou parcialmente estruturada é aquela guiada por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo do seu curso (GIL, 1991).

De acordo com Rudio, “a observação assistemática – chamada também de ‘ocasional’, ‘simples’, ‘não estruturada’ – é a que se realiza, sem planejamento e sem controle anteriormente elaborados, como decorrência de fenômenos que surgem de imprevistos” (2004, p. 41). Segundo este autor, nesse tipo de observação “o conhecimento pode ser obtido através de uma experiência casual, sem que tenha determinado de antemão quais os aspectos relevantes a serem observados e que meios utilizar para observá-los: isto vai depender da iniciativa do observador, enquanto está atento ao que acontece” (2004, p. 42).

O roteiro de entrevista teve como meta obter dados sócio-culturais do entrevistado (identificação geral, seu nível de escolaridade e de sua família), a sua rota migratória, sua base econômica (o que produz, quanto colhe), se busca alguma atividade acessória para complementar a renda, se recebe ajuda do governo, se comercializa com a Bolívia e se está satisfeito com a terra que tem.

De maneira geral, os dados foram analisados nos moldes da pesquisa qualitativa, ou seja, buscou-se a qualidade do discurso do informante e o cruzamento das informações.

Referencial Teórico

Na atualidade conhecemos diversas formas de cultivo da terra que na maioria dos casos são para garantir uma produção em larga escala e atender a um determinado mercado. Mas nem sempre isso foi assim. Antes a produção era feita em pequena escala e não visava atender a nenhum mercado, pois o cultivo da terra era feito num regime de subsistência. Nesse regime, a produção é feita por uma família e voltada para o consumo próprio.

Com o advento da Revolução Industrial no século XVII na Inglaterra, pouco a pouco esse regime foi mudando. O campo ficou com a missão de sustentar a cidade, por isso deveria produzir em larga escala. Para garantir a alta produtividade, essa Revolução trouxe as inovações tecnológicas que, foram traduzidas na mecanização do campo e na modernização das técnicas produtivas.

O incremento industrial no campo é visto como um sinônimo de exploração do camponês, principalmente dos pequenos produtores que não tinham técnicas suficientes para acompanhar o ritmo de comercialização inserido pelo capitalismo. Assim, Kautsky (1854-1938) apud Schneider (2001) coloca que os camponeses tradicionais desapareceriam e o campo se industrializaria por completo.

O referido autor nos acrescenta mais argumentos a respeito do processo que vem sendo tratado, conforme a citação feita por Mendes (2002-2003, p. 115): “[...] a produção agrícola se transformou em mercadorias e o produtor já não tinha acesso direto aos consumidores”. Acrescenta ainda que a duração dos mercados e as distâncias impediam esses produtores de comercializarem a sua produção, tendo como consequência a diminuição de sua renda.

A diminuição da renda dos pequenos produtores era algo que os tornava "inferiores" economicamente em relação às pessoas da cidade e aos grandes produtores rurais. Em consequência disso, esses pequenos produtores eram vítimas de gozação, chacotas, pormenorizações, como se eles fossem os culpados pela situação que viviam.

A pormenorização do camponês foi um fator ideológico que contribuiu para o avanço do capitalismo no meio rural.

Mas a situação que se encontrava o camponês não estava intimamente ligada a sua condição de inculto e arcaico - como era caracterizado pelos capitalistas, por utilizar técnicas de produção que não acompanhavam as exigências do mercado - mas a um outro motivo conforme apontam Linhares; Silva (1999, p. 31): “um dos efeitos mais perversos da diferenciação técnica entre a grande produção, os complexos agroindustriais e a produção camponesa residia na ampliação da diferença entre o valor agregado de produtos industriais e o valor daqueles oriundos da produção familiar”.

Percebe-se que o camponês não era o culpado pela sua própria condição, mas o valor que pagavam ao produto dele quando comparado ao que era pago às grandes fazendas que conseguiam agregar mais valor aos seus produtos.

Dessa maneira, Kautsky apostava muito na extinção do camponês. Chegou até a apresentar isso de certo modo coerente, como descrevem Linhares; Silva (1999, p. 32): “politicamente os camponeses pertencem a outra época, não são mais capazes, conforme a interpretação clássica do marxismo, de se constituir em um pólo revolucionário que venha a alterar as condições de exploração existentes”. Coloca também que somente a luta urbana e fabril do proletariado industrial poderia dar possibilidade de melhora aos camponeses.

É um raciocínio que poderia estar correto nos anos que antecederam a Revolução Russa (1917) e a implantação do socialismo. Mas quando se analisa a questão agrária do Brasil nos dias atuais percebemos que são os camponeses, os pequenos produtores sem terra que estão na frente das negociações por uma reforma agrária mais justa. E provavelmente, são os que mais têm chances de fazer uma revolução rural.

Analisando a questão agrária na atualidade, não se pode ater apenas aos aspectos históricos da produção do setor primário. Deve-se fazer a distinção entre a questão agrária e a questão agrícola. Segundo Silva, “[...] a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz” (1985, p. 11).

De qualquer forma podemos perceber que a questão agrícola cuida dos aspectos quantitativos da produção (quanto), enquanto a questão agrária prioriza os aspectos qualitativos (como, de que forma...). Essa pequena distinção apenas nos permite perceber que ambas as questões se encontram uma dentro da outra: não se pode pensar a questão agrícola sem levar em conta a questão agrária e vice-versa.

A questão agrária é algo que deve ser tratado com prioridade por todos os países, uma vez que a agricultura apresenta grande importância para os demais setores da economia, secundário e terciário, e a humanidade de maneira geral.

De acordo com Oliveira (2004), a alta produção na maioria das vezes ajuda em muito nos superávits da balança comercial. Para isso, medidas simples contribuem para o bom desempenho do setor agrícola, como a de oferecer condições de prosperidade para os pequenos produtores e para os agricultores familiares.

Não podemos desconsiderar que os investimentos em pesquisas e tecnologias voltadas para a produção agropecuária são fatores fundamentais para se produzir em larga escala.

Santos (2004) ratifica essa mesma idéia quando coloca que com os investimentos em pesquisas agrícolas e em tecnologias destinadas à irrigação, Israel tornou altamente produtivo seus solos inférteis de clima semi-árido. Hoje, produz 70% do alimento consumido por sua população.

Assim, percebe-se que a tecnologia e as pesquisas são muito importantes para uma grande produção. Mas não se pode deixar de lado a reforma agrária, pois é preciso haver uma utilização socializada do espaço agrário, sem que existam terras "paradas", ou melhor, servindo para a especulação e sem produzir nada.

O Brasil apesar de bater recordes na produção agropecuária, ainda possui diversas áreas que não estão sendo utilizadas para produzir, ou estão sendo utilizadas de maneira incoerente. Com isso, pode-se concordar com Silva (1985) quando afirma que a reforma agrária é a maior reivindicação dos trabalhadores rurais brasileiros.

Ora, a alta produtividade no Brasil caminha lado a lado com algumas tecnologias de ponta, sendo percebida em poucos agricultores que detêm a maior parte das propriedades rurais, mas que nem sempre estão produzindo algo. Enquanto isso, o pequeno produtor é ignorado, já que dispõe de uma propriedade mil vezes inferior à do grande produtor.

A expansão da fronteira agrícola, juntamente com a rápida urbanização e a mecanização da agricultura trouxeram a oferta e o mercado consumidor que a industrialização necessitava (SILVA, 1985). Mas não uma melhoria de vida para a maior parte dos agricultores.

A reforma agrária deve alterar o uso da terra e a estrutura fundiária do Brasil para que haja uma maior inclusão da classe trabalhadora rural e um incremento ainda maior da produtividade.

O ponto de vista de Marx e Chayanov sobre a questão agrária

No decorrer de todo o aparato de informações apresentados, percebeu-se que Kautsky foi um autor que se destacou bastante por analisar os efeitos da Revolução Industrial (século XVIII) no meio rural. Não só isso, mas também pelo fato de prever o desaparecimento do camponês tradicional.

Karl Marx (1818 - 1883), analisando os efeitos da Revolução Industrial na Inglaterra, trabalha de maneira crítica a chegada do capitalismo no meio rural, conforme aponta Mendes: "a sociedade capitalista, na concepção de Marx (1996), é o desenvolvimento da contradição entre o caráter privado e o social do trabalho, sugerindo uma organização social racionalmente disposta e controlada" (2002 - 2003, p. 116).

A relação entre homem e natureza e entre estes em função de suas relações, eram segundo Marx a chave para o entendimento das desigualdades sociais (LINHARES; SILVA, 1999).

Assim como Kautsky, Marx afirmava que o avanço do capitalismo no campo geraria a incompatibilidade das relações de servidão, restando ao camponês permanecer como um assalariado burguês ou partir em busca de trabalho na indústria (LINHARES; SILVA, 1999). Em outras palavras, previa o fim do camponês tradicional.

Diferentemente desses dois autores, Chayanov (1888-1938), que contribuiu de forma significativa para a implementação da Nova Política Econômica de Lênin na Rússia pós-1917 e saiu de cenário político com o início da ditadura de Stalin (1927), adota uma postura divergente deles, conforme Mendes (2002 - 2003, p. 116): "para Chayanov (1974), o campesinato não é simplesmente uma

forma ocasional transitória, fadada ao desaparecimento. Trata-se de um sistema econômico em que na sua própria existência é possível encontrar leis da reprodução e do desenvolvimento”. Afirma ainda que o trabalho do camponês tem como fim a satisfação de suas necessidades, pois ele cria a sua própria existência.

Segundo o autor supracitado, a sobrevivência por conta própria da unidade familiar, bem como o seu desenvolvimento, seriam possíveis com o equilíbrio entre consumo e trabalho. Dessa forma, as famílias camponesas sobreviveriam superando a miséria e o avanço do capitalismo.

Resultados

A região onde se encontram os assentamentos é marcada essencialmente pela Planície do Pantanal. Com isso percebe-se a presença de um relevo plano com algumas porções suavemente onduladas, propícias para o desenvolvimento de atividades agropecuárias.

O Rio Jauru se encontra a aproximadamente 30 quilômetros do local dos assentados, oferecendo uma futura possibilidade de utilização para as atividades rurais. Nesse contexto, os assentamentos estão inseridos a uma distância de aproximadamente 80 quilômetros de Cáceres – MT e cerca de 20 quilômetros de San Mathias na Bolívia.

A BR 070 – ligando Cáceres a San Mathias – é um meio de integração dos assentados com o mundo urbano. Esta rodovia, apesar de fazer a conexão entre dois países, não apresenta tráfego intenso.

Os assentamentos apresentam em média áreas com dimensões de 42 alqueires, segundo informações do entrevistado e produtor do assentamento Bom Sucesso. Nos demais, a área se encontra em torno dos 20 hectares. Apesar de estarem numa região influenciada pela Planície do Pantanal, a vegetação dominante nas propriedades é o cerrado com uma grande porcentagem de formações arbustivas e campo sujo.

Todos esses assentamentos foram organizados com a participação do INCRA, através da desapropriação de algumas áreas, compra de algumas para a reforma agrária e utilização de terras devolutas da União.

Durante a visita aos assentamentos rurais, notaram-se alguns vestígios interessantes tais como presença de restaurante às margens do rio Jauru, a visível ausência de áreas anteriormente alagadas, paisagem tipicamente pantaneira, devido ao impacto ambiental causada pela estrada (rodovia BR 070), ravinas e vestígios de que muitos dos proprietários ateiam fogo para transformar áreas anteriormente ocupadas por vegetação nativa em pasto.

Uma grande parte dos assentados rurais é oriunda do próprio município de Cáceres. Por algum período um ou outro saiu em busca de emprego em outro município ou localidade, mas hoje se encontra na região de origem novamente. Em relação aos estudos, alguns produtores fogem da “regra de que o campesinato brasileiro é marcado pelo analfabetismo ou semi-analfabetismo”, chegando a possuir segundo grau completo, cursos de qualificação e cursos superiores incompletos, como é o caso do entrevistado de 52 anos de idade, produtor e tesoureiro Associação dos Produtores Agrícolas do Assentamento Katira.

A base econômica dos assentados rurais

De maneira geral, os assentamentos produzem milho, cana-de-açúcar, mandioca, arroz, abóbora, mamão e feijão. Alguns desses assentamentos são recentes, como é o caso da Katira que foi fundado em 2003, segundo informações do tesoureiro da Associação dos Produtores Agrícolas do Assentamento Katira e assentado. Na propriedade desse entrevistado, assim como na dos demais do Assentamento Katira, ainda se vive a expectativa da primeira colheita, em virtude de que em 2003 as chuvas não corresponderem com a expectativa produtores.

O entrevistado supracitado pretende colher duas mil unidades de abacaxi este ano. De acordo com o mesmo, para aqueles que vierem comprar o produto na sua terra, venderá por cinquenta centavos cada unidade avulsa do abacaxi; para os chamados atravessadores – pessoas que compram para revender – ele comercializará o produto por trinta centavos cada unidade.

A grande produção desse entrevistado será de milho. Mas até o momento não soube quantificar um valor aproximado de quanto vai colher.

O milho também é um dos produtos mais cultivado no Assentamento Bom Sucesso pelas catorze famílias que vivem lá, conforme informações de um entrevistado produtor rural que mora a sete anos no assentamento. Este produtor afirma que o milho é o mais viável para ser produzido na região em virtude de suportar grandes desaforos de água – ausência de chuvas.

Nesses dois assentamentos o milho é usado para fazer pamonha – que será vendida em Cáceres ou na beira da BR 174 (que liga Cáceres a Porto Velho-RO), ou ainda para consumo familiar e alimentação de alguns suínos.

No Assentamento Corixinha, um que se localiza a apenas umas dezenas de metros da fronteira com a Bolívia, a produção forte é de mandioca pela maior parte das setenta e três famílias que vivem nesse assentamento, segundo informações do Presidente desse assentamento rural, entrevistado 3. Além do uso para o consumo próprio, muitos assentados produzem a farinha, que é comprada pela Companhia de Abastecimento Nacional - CONAB.

Além do milho e da mandioca usados como produtos básicos dos assentados, ou outros que foram citados destinam-se basicamente à subsistência. A prática desse tipo de atividade não garante a sobrevivência dos pequenos produtores rurais, que acabam buscando atividades em outras fazendas para complementar a renda. Isso é um exemplo da proletarização do camponês.

O processo de proletarização do pequeno proprietário era considerado inevitável por Marx (1818 - 1883), que o comparando com o artesão da cidade, também perde sua independência como detentor dos meios de produção, proletarizando-se. Assim, ficaria a alternativa de permanecer como um assalariado do capitalista apropriador das terras agrícolas, ou buscar trabalho na indústria (LINHARES; SILVA, 1999).

Embora Marx seja um teórico do século XIX, suas considerações continuam válidas. Nesses assentamentos há diversas histórias de pequenos produtores que não conseguiram resistir em suas terras e venderam suas propriedades, partindo para a cidade em busca de um outro emprego – o fenômeno do êxodo rural. A maior parte dos que ainda se encontram na região não consegue sobreviver com a produção voltada para a subsistência, o que os obriga a procurar atividades complementares para a renda familiar.

O trabalho acessório como um complemento da renda

O trabalho acessório é definido por Schneider (2001, p. 13) “como as formas complementares de obtenção de renda e inserção econômica de pequenos proprietários ou camponeses”. Nos assentamentos rurais recém fundados – como é o caso do Katira que destinado para os assentados em 2003 – essa forma de trabalho ocorre quase que em períodos constantes, quando o pequeno produtor não consegue desenvolver uma atividade para sustentar toda a unidade familiar.

O entrevistado do assentamento Corixinha afirma que é comum as pessoas dos assentamento saírem a procura de serviços nas grandes fazendas – como os de arrumar cercas, roçar o pasto, cuidar do gado e da produção – sem contar que alguns arrendam terras para pagar o proprietário no regime de “ameia” (metade do que é produzido vai para o dono da terra) ou outras proporções.

Às vezes, alguns desses camponeses recebem por diária, em que esta chega variar de 12 a 20 reais dependendo do tipo de trabalho. O mais comum é receberem uma diária no valor de 15 reais, conforme se confirmou nos Assentamentos Katira e Bom Sucesso.

Há diversos casos em que as mulheres vão para a roça ajudar os maridos, ou ficam em casa para fazer a pamonha na época da colheita do milho.

De acordo com o tesoureiro da Associação dos Produtores Agrícolas do Assentamento Katira, o seu filho mais velho trabalha como servente de pedreiro em Cáceres; a sua esposa vende roupas e perfumes no mesmo município; e o filho mais jovem, de 18 anos, dá aula de matemática em algumas escolas da zona rural.

Segundo Chayanov (1888-1938), o desenvolvimento e sobrevivência por conta própria da unidade familiar seriam possíveis através do equilíbrio entre consumo e trabalho. Assim, quando a família terras em quantidades desproporcionais ao seu tamanho, ela busca em atividades artesanais, agrícolas, não-agrícolas e comerciais uma forma de garantir o sustento da unidade familiar (CHAYANOV apud SCHNEIDER, 2001).

As propriedades dos assentados rurais possuem em geral bom tamanho. De certa forma, não como eles colocarem toda a unidade familiar para trabalhar na própria terra, visto que há a dificuldade de se conseguir água para o manejo da produção.

Sem esse fator os camponeses poderiam tirar a maior parte do sustento da própria propriedade sem precisar buscar novas formas de inserção econômica e sobrevivência. Nesse caso, o próximo passo seria a comercialização daquilo que é produzido por cada produtor.

As possibilidades para a comercialização da produção

Vale destacar que a BR 070 tem muito a contribuir para a comercialização com os países vizinhos, principalmente com a Bolívia. Também é uma rota alternativa para a exportação via Pacífico, apesar das estradas nos outros países sul-americanos não oferecem condições ideais de tráfego.

No lado brasileiro há vantagem de se contar com a hidrovia do Rio Paraguai, embora ainda não esteja regularizada legalmente, e a Zona de Processamento de Exportações - ZPE de Cáceres, um Incentivo Fiscal para um Programa de Desenvolvimento Regional, criado pelo Governo Federal, com a vantagem de isenção total nas exportações. Não restam dúvidas que a implantação da ZPE, no

município de Cáceres, representa um grande incremento para a economia do Pantanal. A excelente localização do município, principalmente quanto ao posicionamento estratégico em termos de saída para os mercados Europeu e Asiático, aliado ao comprometimento do governo atual do Mato Grosso, poderá fazer com que Cáceres seja convertida no principal centro de negócios do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), e cidade "entroncamento da América do Sul". A Zona de Processamento de Cáceres leva vantagem, sobre as demais, em função do aproveitamento da hidrovia, da ferrovia e das estradas ligando Cáceres à Bolívia e ao Pacífico (ARAUJO, 2001).

Além da ZPE, o próprio comércio local de Cáceres e municípios adjacentes já representa um ótimo negócio para esses pequenos produtores. Porém, alguns não têm se quer uma condução própria para transportar os produtos até as cidades próximas. Assim, antes de optar pelo mercado de exportação é importante cuidar do comércio interno e das dificuldades que se tem para a realização do mesmo.

Expectativas e metas dos assentados

Nos assentamentos analisados, quase todos os seus produtores se queixam de um único motivo: a falta de água. Chega ser até estranho já que o Pantanal é a maior planície alagável do mundo, alguns produtores rurais reclamam da falta d' água. Na realidade, o que eles se queixam é da falta de chuvas, que desde a fundação dos assentamentos elas estão bem reduzidas na região.

Isso faz com que as metas traçadas para cultivar determinados produtos acabam sendo abandonadas pela falta de chuva. Camponeses do Bom Sucesso disseram que perderam toda a última safra de arroz devido à falta de chuvas. No Katira, alguns produtores chegaram a perder quase que 100% da roça de melancia em virtude da estiagem.

Nesse sentido, a grande aclamação de muitos assentados é pela construção de um poço para retirar água destinada à produção e o uso próprio, no caso do Assentamento Bom Sucesso. Alguns assentamentos, como é o caso do Katira, já possuem um poço artesiano, mas nem sempre possuem energia elétrica para bombear a água dele.

Por outro lado, o grande intuito de boa parte dos assentados é a atividade pecuária (de corte ou leiteira principalmente), a criação de porcos e uma pequena granja. Ao lado da pesca, ainda hoje a pecuária extensiva de corte representa a mais importante atividade regional - com mais de dez milhões de cabeças - e tem se mostrado compatível com a preservação/conservação do Pantanal. O sistema de criação de livre pastoreio em pastagens nativas, sem nenhuma seleção, forjou um tipo de gado adaptado às condições adversas da região, denominado "Boi Pantaneiro". Em Cáceres a função econômica principal do rebanho encontra-se voltada para a produção de carne. O sistema de criação é o extensivo, existindo uma predominância da raça Nelore. Este gado de corte é exportado principalmente para o Mercado Comum Europeu (ARAUJO, 2001).

Alguns camponeses do Assentamento Katira almejam montar um laticínio ou vender seus futuros produtos para este. O tesoureiro da Associação dos Produtores Agrícolas do Assentamento Katira disse que "estaria muito contente se tivesse um carro próprio para levar seus produtos e vender na cidade".

De certa maneira, os alguns pequenos produtores pensam em adquirir maquinários para trabalhar na terra e comercializarem seus produtos.

Acompanhando a Revolução Industrial o capitalismo alterou de maneira profunda as relações trabalhistas e comerciais no meio rural. Essa alteração obrigou o camponês a produzir cada vez mais, onde para isso precisou adquirir as novas tecnologias produtivas surgidas - máquinas, insumos, fertilizantes - que nem sempre estavam ao alcance do trabalhador do campo de maneira geral.

Fatores com essa amplitude permitiram que Karl Kautsky (1854-1938), nos moldes existentes na sua época, considerasse inevitável a extinção do camponês em virtude do avanço do capitalismo no meio rural. Os trabalhadores rurais seriam transformados em operários agrícolas - assalariados que não eram donos da terra - e organizados em grandes complexos agroindustriais. A esse fenômeno Kautsky o denominou de industrialização do campo (LINHARES; SILVA, 1999).

Atualmente ainda se percebe a alteração dos meios de produção pelo capitalismo. Nos casos tratados até aqui, nota-se que o pequeno camponês ainda é “dono” da sua terra, mas com uma forte tendência de se tornar cada vez mais um operário agrícola.

Referências Bibliográficas

ARAUJO, Salatiel Alves de. **Cidades pantaneiras e suas economias**. Campo Grande, 2001. Disponível em: <<http://geocities.yahoo.com.br/serraverde/pantanal/cidades.html>>. Acesso em: 04 abr. 2005.

GIL, Antônio Carlos (org.). **Como elaborar projetos de pesquisas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. As Grandes Teorias Explicativas da Questão Agrária. In: **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MENDES, Esteveane de P. P. Questões Teóricas-Metodológicas da Produção Rural Familiar. **Sociedade & natureza**. Uberlândia: Edufu, n. 26-29, p. 113-131, 2002-2003.

OLIVEIRA, Paulo Robson Borges de. A questão agrária nos Estados Unidos. In: SEMINÁRIO RELÂMPAGO DA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2004. Cuiabá, Departamento de Geografia – UFMT, 2004

REIS, Adilson Domingos. MATO GROSSO INFOGRÁFICO 98. Cuiabá: Governo do Estado de Mato Grosso, 1998. CD-ROM.

ROSSETTO, Onélia Carmem; BRASIL JÚNIOR, Antonio C. P. Entre cheias e vazantes: características históricas da ocupação e sustentabilidade do Pantanal Mato-grossense. **Revista do Instituto Histórico - Geográfico de Mato Grosso**. Cuiabá: Entrelinhas, v. 59, p. 91-112, 2002.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

SANTOS, Rosana Ribeiro dos. A questão agrária em Israel. In: SEMINÁRIO RELÂMPAGO DA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2004. Cuiabá, Departamento de Geografia – UFMT, 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. Elementos Teóricos para Análise da Pluriatividade em Situações de Agricultura Familiar. SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO: “A DINÂMICA DAS ATIVIDADES

AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS NO NOVO RURAL BRASILEIRO: a fase III do projeto rurano”, II, 2001. **Anais**. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2001.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.